ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2020-10-27	
O Secretário da Mesa	
Nelson Peralta (Assinatura Qualificada)	Digitally signed by Nelson Peralta (Assinatura Qualificada) Date: 2020.10.27 14:46:35 +00:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 393 / XIV (2 .ª)

Assunto: Exército escolhe empresas do continente para obras nos Açores

Destinatário: Ministro da Defesa Nacional

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Segundo notícias vindas a público, o Exército estará a contratar empresas de construção civil do continente para realizar obras, com reduzido valor e sem grande complexidade, em unidades militares nos Açores.

Ao que parece, em obras ou trabalhos de construção, com custos inferiores a 75 000 euros, a Direção de Aquisições do Exército, desenvolve uma consulta ao mercado, pedindo que três empresas apresentem um orçamento para os trabalhos a realizar. Com este procedimento, o exército cumpre a lei do Código dos Contratos Públicos, mas privilegia a apresentação de propostas a empresas sedeadas no continente para efetuar obras nos Açores.

Isso mesmo aconteceu nos dois últimos contratos celebrados por este Ramo das Forças Armadas para obras nos Açores, um para a concretizar as "medidas de consolidação da segurança de espaço críticos no RG2 - Arrifes", foi contratada a empresa Carreira & Francisco, Lda, sedeada em Pombal, por 39.999 euros e outro para efetuar a "alteração do muro exterior, construção de cancela na Porta de Armas e reparação do balneário geral", numa infraestrutura militar em Vila do Porto, na ilha de Santa Maria, foi contratada, por 39.453 euros, a empresa Impactmorning, Lda, sedeada em Penacova.

Nestes dois concursos, depois de uma consulta prévia ao mercado, apenas foram convidadas pelo Exército empresas do continente, todas com domicílio fiscal na zona centro do país, para celebrar estas obras em instalações militares nos Açores.

O Exército afirmou já que nos últimos três anos foram realizadas 12 consultas prévias para a execução de empreitadas de obras públicas nas diferentes unidades deste Ramo existentes na Zona Militar dos Açores e que das 38 empresas convidadas a apresentar propostas 16 tinham domicílio fiscal na Região Autónoma dos Açores.

Ora, esta é uma situação em que se nota um desequilíbrio evidente na atribuição das obras a empresas dos Açores podendo tal situação acabar por ter um efeito negativo na própria economia açoriana para além de não poder beneficiar da intervenção rápida e local em caso de necessidade e durante o período de garantia de boa execução das empreitadas.

Assim, atendendo ao exposto e, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Deputados do Partido Social Democrata abaixo assinados vêm, por este meio, requerer ao Senhor Ministro da Defesa Nacional, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, a resposta às seguintes perguntas:

1. Está o Governo a par da situação acima descrita, quanto à escolha de empresas de construção civil do continente para efetuar obras de pequena monta em unidades do Exército na Zona Militar dos Açores?
2. Que justificações podem ser dados para suportar esta escolha recorrente por empresas do continente para efetuar obras em unidades militares dos Açores?
3. Pondera o Governo criar algum mecanismo procedimental que permita garantir a inclusão de empresas de construção civil dos Açores nos procedimentos de consulta limitada e ajustes diretos, com particular atenção para obras a realizar nesta região autónoma?

Palácio de São Bento, 26 de outubro de 2020

Deputado(a)s

PAULO MONIZ(PSD)

ANA MIGUEL DOS SANTOS(PSD)

CARLOS EDUARDO REIS(PSD)

PEDRO ROQUE(PSD)

CARLOS ALBERTO GONÇALVES(PSD)

ANTÓNIO VENTURA(PSD)

OLGA SILVESTRE(PSD)

PAULO NEVES(PSD)

Nos termos do Despacho n.º 1/XIII, de 29 de outubro de 2015, do Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, n.º 1, de 30 de outubro de 2015, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.